

Brasil e Estados Unidos: duas geopolíticas em possível disputa

Jose Alexandre Altahyde Hage¹

Resumo

O objetivo deste ensaio é examinar comparativamente a trajetória geopolítica dos Estados Unidos e do Brasil no decorrer do século XX. O texto procura fazer comparação dos dois Estados com o intuito de melhor compreender algumas questões importantes da atualidade que movem a política externa norte-americana e a brasileira para possíveis pontos de atrito. Pelo fato de serem os maiores países do hemisfério ocidental, Estados Unidos e Brasil percorrem rotas que podem beirar a disputa, por exemplo, no campo da energia em que a tecnologia do etanol pode ser de suma importância na influência sobre o sistema internacional.

Palavras-Chave: Geopolítica da Energia; Política Externa dos Estados Unidos; Política Externa do Brasil.

À Guisa de Explicação

A crise financeira mundial pode deixar mais à amostra a emergência de novas conjugações de Estados que passariam a ter maior responsabilidade pelos negócios internacionais. Esse ascendente conjunto pode receber alguns nomes para melhor identificá-los. Talvez, o termo mais notório seja BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China. Contudo, há também outro, denominado IBAS, Índia, Brasil e África do Sul, com propostas complementares.²

Historicamente, a ascensão de novos Estados que procuram modificar o sistema internacional não é novo, pois, na política internacional, sempre houve Estados prontos para lutar pela cabeceira do sistema, Estados que se prepararam, esperando o melhor momento para militar por transformações. Assim, escreve Arrighi, aconteceu com

¹ Graduação em Sociologia Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) em 1995. Especialização em Política Internacional pela FESP em 1996. Mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2001. Doutorado em Ciência Política pela Unicamp em 2006. De 2009 a 2010 exerceu atividades pós-doutorais pelo Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Na atualidade é professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Osasco.

² Isso não quer dizer que os BRICS sejam homogêneos em seu comportamento, visão de mundo e interesses – o que leva também a considerar qual o papel que cada um dos membros tem em relação aos Estados Unidos, por exemplo. Apesar disso, para Andrew Hurrell, os BRICS não deixam de ser algo original para as transformações do sistema internacional (HURRELL, 2009).

os Estados Unidos no começo do século XX, ao procurar substituir o poder britânico. Processo que se concluiu após 1945 (ARRIGHI, 1994).

A partir do ano 2000, o membro mais promissor pela renovação do sistema internacional, em uma era “pós-americana”, tem sido a China, cuja posição no ranking das maiores economias já ocupa o segundo lugar. É claro que essa constatação não pode ser simplista, ela é somente uma expressão de constatações atuais, pois haveria necessidade de melhores estudos sobre a economia chinesa e a possibilidade de aquele país fazer valer as projeções.

Tanto os BRICS quanto os IBAS, sem ordem de importância, apontam para uma possível realidade ainda necessária de reflexão, a de que os Estados em desenvolvimento estariam ganhando poder relativo em algumas instâncias da política internacional e propondo nova geometria de poder que venha a levar em consideração os valores do hemisfério sul.

Apesar dos atuais problemas nacionais, o Brasil também ganharia destaque na nova geometria internacional. Pela sua recuperação econômica, pela forma de vir resistindo a crise política e pelas suas características geográficas, o País ganharia nova dimensão no século XXI, candidatando-se a lócus relevante da política internacional (LIMA e HIRST, 2009).

Preocupação regular da política brasileira é a América do Sul, considerando não apenas a porção meridional, mas também a área caribenha. A região foi a área que mais chamou a atenção do Itamaraty, a Chancelaria nacional, no governo do presidente Lula da Silva, e parece que assim continuou com a presidente Dilma Rousseff, apesar dos problemas econômicos.³

Nos últimos dez anos, a diplomacia brasileira tem afirmado que a atividade econômica do Brasil só teria propósito com uma vizinhança que também se desenvolvesse, que participasse do progresso que o Brasil poderia espalhar pela região. De fato, não seria

³ Apesar de esta passagem parecer incongruente, pensamos que a recuperação brasileira, tanto econômica quanto política, é algo que acontecerá no determinado tempo. Não podemos trabalhar com a hipótese de que o Brasil não procurará alcançar o patamar que historicamente foi-lhe desenhado, o de participar com alguma importância das questões mundiais. Também não devemos nos esquecer de que, neste momento, talvez a China possa ser o país que, de fato, merecesse atenção da África e da América do Sul em virtude de seu capital agressivo. Neste ponto, é necessário dedicar tal análise em outro espaço, pois o assunto demandaria muita reflexão.

conveniente politicamente um aumento na distância do crescimento econômico entre os Estados latino-americanos, denotando um princípio de indiferença brasileira (LIMA e HIRST, 2009).

Ao utilizar suas instituições para fins diplomáticos, o Brasil ganha projeção em países da vizinhança, principalmente na Venezuela, Argentina e Paraguai. Por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Brasília contribui para construções de obras de infra-estrutura, como refinarias, sistemas metroviários, redes de transmissão de energia elétrica etc. Obras que conferem ao País imagem de ator preeminente na região.

Por outro lado, essa ascensão “virtuosa” do Brasil pode provocar dois impactos políticos. Primeiro, o de que essa projeção pode carregar o vírus do expansionismo nacional em detrimento de parceiros relativamente fracos, na relação desigual entre o Estado brasileiro e o paraguaio, por exemplo. Já o segundo impacto tem a ver com a escalada descendente dos Estados Unidos, potência considerada, até então, fundamental para a América do Sul.

Assim, duas linhas se cruzam: a primeira, de ascensão brasileira, cruza com a descendente norte-americana. Por isso, enquanto a brasileira procura sedimentar nova posição, Washington se esforça para conservar a que já tem, daí a possibilidade de choque geopolítico entre os dois Estados, sendo a arena de embate duas regiões que tocam aos interesses dos dois atores: a América do Sul e a África Ocidental, tendo como ponto de irradiação Angola.⁴

Os pontos de disputa não precisam se limitar somente aos mencionados acima. A própria existência produtiva da Bacia de Santos, tendo seu ápice no pré-sal, também pode ser ponto de conflito. Isso porque a legislação de direito internacional ainda não está totalmente resolvida para se saber se aquela área fica, efetivamente, dentro da soberania brasileira, abrindo perspectiva de contestação ou de manipulação de forças contrárias ao Brasil.

⁴ Ainda que possa parecer fruto de “conspirações de mentes exageradas”, duas questões ganham corpo neste ponto: a penetração de forças militares norte-americanas no Paraguai, mesmo a convite daquele governo, e o suposto relançamento da IV Frota naval que coloca novamente os Estados Unidos nos mares do Atlântico sul. Sobre esse ponto ver César Flores (FLORES, 2005/2006).

Neste ensaio, não há pretensão de se basear em uma metodologia coesa e coerente com o assunto proposto. O objetivo é tão somente comparar duas experiências nacionais, de Brasil e Estados Unidos, por meio de revisão bibliográfica no que concerne a locomoção desses países na América do Sul e na África em busca de influência política e recursos materiais.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, procura-se verificar, muito sinteticamente, alguns pontos da evolução geopolítica norte-americana no século XX. Na segunda, há o mesmo intuito com o Brasil, guardadas as devidas proporções. Na terceira parte, tencionar-se-á demonstrar os possíveis pontos de fricção entre as duas potências por causa dos mesmos objetivos.

Geopolítica Americana: Breves Observações

Em célebre passagem de *A Democracia na América*, Aléxis de Tocqueville havia vaticinado que o mundo encontraria dois grandes Estados como expressões mais bem acabadas de vigor, trabalho e poder no decorrer do século XIX: Estados Unidos da América e a Rússia Imperial. Isso porque, para o pensador francês, os Estados Unidos ganhariam mundo pela sua capacidade de criar riqueza e engenhosidade. Já a Rússia teria seu quinhão em virtude de sua força incomensurável. Um ganhará pela enxada e o outro pela espada (TOCQUEVILLE, 1985).

De certa forma, Tocqueville havia percebido a bipolaridade que, na segunda parte do século XX, fora denominada Guerra Fria, apontando o choque de dois grandes Estados territoriais. Pelo fato de aquelas grandes potências terem tido o “fatalismo” de seus enfrentamentos por causa da disputa ideológica, alguns analistas passaram a opinar que Washington e Moscou disputariam poder de qualquer forma, sobretudo se o embate fosse interpretado como conflito entre dois sistemas sociais, políticos e econômicos (HALLIDAY, 2008).

Vale dizer que, independente de ter havido Guerra Fria, na leitura de Leonel Itaussu Mello, Estados Unidos e Rússia (União Soviética) teriam seus caminhos cruzados de qualquer modo (MELLO, 1999). Uma vez se tratando de duas concepções geopolíticas confrontadoras, ganhando espaço e maximizando poder na esfera internacional, tornar-se-ia real o enfrentamento que acabou ocorrendo, mas substituindo a leitura puramente geopolítica pela ideológica.

A Guerra Fria foi uma disputa com roupagem liberal e marxista, mas que pode ser ressuscitada, neste momento, pela busca da política de poder e sem o emprego direto das grandes ideologias, como havia no passado. Isto porque quando se trata dos esforços que as duas potências empregam para influenciar áreas estratégicas e promissoras em hidrocarbonetos, como a Ásia Central e Cáucaso, as ideologias têm uso somente de modo supletivo.

Mas, como foi salientado, o programa da geopolítica norte-americana não é criação da segunda metade do século XX, embora fora nessa época que ele chegou ao seu ponto máximo. Estudiosos do tema haviam apontado que os Estados Unidos do século XIX estavam fadados a ser potência marítima, espalhando sua preeminência tanto no Caribe quanto no Pacífico.

Um dos mais citados estudiosos da questão foi o norte-americano Alfred Mahan, cuja opinião era de que seu país sucederia a Grã-Bretanha como a mais importante potência marítima no decorrer do século XX (MAHAN *apud* MELLO, 1999). A leitura clássica da geopolítica aponta para a existência de uma dialética histórica em que duas potências lutam pela preeminência política e econômica em determinados tempos. Na antiga Grécia, essa luta havia sido travada pela Atenas naval contra a territorial Esparta. Na era moderna, os contendores seriam a Grã-Bretanha, pelos mares, contra França que havia estendendo seu poder pelo continente.⁵

Já o século XIX, teve a vencedora britânica disputando espaço com a Alemanha Imperial e com a Rússia Czarista. Mas, o esgotamento dos recursos do poder britânico, na visão de Hans Morgenthau, abriu espaço para quem pudesse substituí-los, embora, para todos os casos, Londres ainda fosse a sede da mais importante força naval, oficialmente até 1922, quando o premiê Lloyd George havia aceitado a limitação de sua frota para equilibrá-la com a dos Estados Unidos (MORGENTHAU, 2002).

Por conseguinte, confirmando sua vocação marítima no século XX, os Estados Unidos se tornaram potência de duas saídas, os oceanos Atlântico e Pacífico,

⁵ Estamos simplificando para não escapar dos limites e do assunto principal. Isso porque o antípoda intelectual do poder naval, o poder terrestre, foi o geógrafo britânico Mackinder com a célebre formulação do *heartland*, a área pivô territorial, que contemplaria recursos ilimitados à potência que dominasse a Europa Oriental e parte da Ásia. Na época desse embate, os Estados credenciados para amainar o poder naval britânico era a Rússia e a Alemanha, potências medianas, nos mares, mas com grande afincamento de conquistar riquezas territoriais, como petróleo (SANTOS, 2003).

distribuindo sua presença no Caribe, Atlântico Norte e Índico, dando de frente com a própria Rússia (depois União Soviética) e o Japão Imperial que, a exemplo das grandes potências ocidentais, também havia delimitado o extremo asiático como área exclusiva para sua afirmação de poder.

Mesmo com enorme projeção de poder, Washington não jogava muito forte na política sul-americana, embora houvesse temor pela proximidade. Isso não quer dizer que tenha inexistido conflitos diretos. Um clássico da política brasileira, *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, enumera perturbações que os Estados Unidos fizeram na América Meridional, exigindo abertura comercial dos portos e cobrando dívidas, como é o caso da agressão à Venezuela e ao Chile no final do século XIX (PRADO, 2005). Porém, nada que efetivamente tocasse o Brasil ou a Argentina.⁶

É claro que, no decorrer do século XX, principalmente na gestão do barão do Rio Branco, os Estados Unidos procuraram tirar vantagem econômica no Brasil. Um dos pontos que pode ser citado para esse fim foi a existência de agrupamento empresarial, anglo-americano, chamado *Bolivian Syndicate*, para demover o conflito territorial entre o Brasil e a Bolívia pelo território do Acre. Em 1904, jogando a imprensa norte-americana contra aquele grupo, o Itamaraty alegava que a Amazônia não era área de interesse dos Estados Unidos, por isso mesmo o Brasil solicitava atenção da Casa Branca para findar aquele sindicato.

Em todo caso, havia a imagem de que a América do Sul, diferente da porção central, não era ponto primordial do exercício geopolítico norte-americano, ficando, assim, o Brasil, a Argentina e o Chile com mais liberdade de ação. E isso ocorreu com a escalada de rivalidade que os três Estados tiveram por causa de preeminência política propriamente dita que imprimiam em disputas territoriais.

Na visão de Giovani Arrighi, a escalada geopolítica norte-americana não se deu somente pelas armas, algo substancial também agregou poder: as finanças. No

⁶ Talvez o caso mais marcante de alguma perturbação norte-americana ao Brasil tenha se dado com a chamada *Revolta da Armada*, em 1892, em que a Marinha dos Estados Unidos desrespeitou condutas dos colegas de arma, tratando de modo descortês os militares contrários ao presidente Floriano Peixoto. Mas, para José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus, a responsabilidade inicial para aquele acinte havia partido justamente do governo que havia solicitado o emprego de forças internacionais para resolver uma questão que cabia somente à soberania brasileira. A mácula da soberania pelo desrespeito se deu, assim, com a anuência do governo central (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995).

passado, a Grã-Bretanha havia sido “a senhora dos mares”, mas ela fora também centro dinâmico do sistema econômico, aglutinando o capital de todo o mundo, sem o qual não havia porque construir Armada de classe global. Da mesma maneira, os Estados Unidos, após a Primeira Guerra Mundial, passam a ter, em Nova York, o novo centro mundial do capitalismo (ARRIGHI, 1994).

Ao procurar conciliar projeção militar com capacidade financeira, os Estados Unidos despontaram, após 1945, como superpotência, cujo papel não seria somente manter seus próprios interesses, mas também conservar estabilidade na economia internacional, de modo que todos poderiam ganhar alguma coisa. Essa política seria importante para direcionar recursos financeiros para áreas geopoliticamente sensíveis, como a Europa Ocidental e Japão.

Dáí sairia a peculiaridade estadunidense, visto que sua relevância na Guerra Fria não se dava somente pelas armas atômicas, mas também pelo seu papel de animador da economia mundial, em que o desenvolvimento poderia ser conveniente.⁷ Aliás, a mesma coisa havia feito o Reino Unido, quando de sua hegemonia, bancando o *livre-cambismo* e o *anti-escravismo* como políticas civilizatórias.

Em princípio, a escalada norte-americana não reproduziu toda a virtude da britânica no século XIX. Interesses mais complexos da Guerra Fria e disputa ideológica fizeram com que Washington às vezes abraçasse atos que resultavam no egoísmo e no apoio ao autoritarismo de toda forma, haja vista, os ocorridos na América do Sul, dos anos 70, e o próprio decreto do governo Nixon que findou o padrão ouro que dava alguma regra à economia internacional.

Outra questão relevante a mencionar sobre os aspectos geopolíticos norte-americanos tem a ver com a energia. Após 1945, ficou cada vez mais patente que tanto os Estados Unidos quanto a Europa Ocidental iriam necessitar de recursos energéticos em escala crescente. Ao sair da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos produziam praticamente 50% de toda a economia mundial. Da mesma forma, o país consumia também

⁷ É o que podemos chamar *estabilidade hegemônica*, conforme o termo de Robert Gilpin, quando se refere aos Estados Unidos como o garante do equilíbrio econômico e político internacional. Na qualidade de potência hegemônica, Washington usaria seu peso não somente para interesse próprio, mas sim para algo que pudesse ser universalizado, como o livre-comércio e o estabelecimento de regras comuns a todos, os regimes internacionais (GILPIN, 2002).

metade de toda a produção. Atualmente, em virtude da relativa perda econômica daquela potência, seu consumo de energia está na casa de 22% da produção mundial, o que ainda é fato da maior relevância.⁸

Após o ano de 2000, a administração de George W. Bush havia deixado bem claro que a missão primordial daquele governo era maximizar a *segurança energética* do país, procurando conservar condições positivas em áreas de prospecção amigáveis, como a Arábia Saudita e Nigéria, e procurar fincar pé em outras mais delicadas politicamente, caso do Iraque (SÉBILLE-LOPEZ, 2006). Na concepção daquele governo, conservar fontes de produção energética não dizia respeito somente aos Estados Unidos, mas também a seus aliados de plantão que, sem os recursos de poder do grande aliado, precisavam de uma mão amiga para obter petróleo, o que parecia ser o problema da Espanha, Itália, Japão e Polônia (GOWAN, 2003).

Por vez, embora a plataforma democrata do presidente Obama dê a impressão de ser mais cosmopolita que a republicana de Bush, no quesito energia, o que emerge é realmente uma postura que chega a ser suprapartidária. Em outras palavras, tanto a primeira quanto a segunda, no fundo, não seriam tão divergentes quando o assunto é segurança energética, até porque as premissas apontam para o aumento da dependência norte-americana à produção exterior de hidrocarbonetos. Eis uma questão que, por mais debatida que seja, não altera significativamente a verdade de que aquela potência é carente de energia para se manter na cabeceira do sistema internacional. Em parte, seu peso geopolítico vai ser direcionado para esse fim (JUHASZ, 2009).

Alguns Aspectos Geopolíticos Brasileiros

Embora os fatores de poder brasileiros sejam menores do que os estadunidenses, relação do produto interno bruto, população, pesquisa, tecnologia e numerário militar, ainda assim, é possível perceber que o Brasil também tem percepções geopolíticas dignas de nota. Se a realidade dos Estados Unidos se encontra no Atlântico Norte, Pacífico e Oriente Médio, a projeção brasileira é mais modesta, limitando-se historicamente à América Latina e posteriormente à África Ocidental.

⁸ Esses dados podem ser observados no sítio eletrônico da empresa British Petroleum. As *Statistical Review of World Energy* da BP são da maior utilidade para quem se preocupa com a evolução do consumo energético e as áreas produtoras.

Não há exatamente um período histórico para marcar de onde começou a percepção brasileira pela geopolítica. Mesmo antes de o País se constituir em Estado nacional independente, em 1822, já havia nele preocupações em relação às suas fronteiras e limites geográficos. Sobre isso é lícito mencionar a figura de Alexandre de Gusmão e sua atuação no *Tratado de Madri*, de 1750, em que as posses portuguesas na América incorporaram áreas platinas de fundamental importância para a aquisição de sua consciência geopolítica.

Da mesma forma pode-se citar José Bonifácio de Andrada, cuja visão de Brasil não era divorciada da concepção de Estado, de ente possuidor de vontade nacional, que devia vislumbrar questões de riqueza mineral, demografia, economia propriamente dita, bem como equilíbrio político. Sob esse fito, não há dúvida que tanto Gusmão quanto José Bonifácio exerceram princípios geopolíticos, ainda que seus perfis fossem regidos de modo intuitivo e sem o acompanhamento que posteriormente se convencionou chamar “científico” e “acadêmico”. Isso porque a sistematização da geopolítica, e da própria geografia, passou a ganhar corpo na segunda metade do século XIX, pelos escritos de Ratzel, entre outros.⁹

Colônia portuguesa, ou Estado independente, pouca importância havia para a montagem da consciência geopolítica brasileira. Pelo Tratado de Madri, por exemplo, o território nacional se expandia sem levar em conta se aquela ação era conveniente para Lisboa ou para o Rio de Janeiro. Para quem nascia na colônia, “brasileiro”, a dilatação da massa territorial era fruto do esforço nacional, que contava com alguma ajuda da metrópole (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995).

Em consonância com essa premissa é que compreende também os tratados de limites concebidos pelo barão do Rio Branco, entre 1898 a 1910, em que praticamente houve acréscimo de 10% na área que atualmente conforma o território nacional (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995). A anexação de antigas disputas, como a da Guiana Francesa, não é resultado efetivo daquele chanceler, mas sim algo que remonta à ação

⁹ Frederich Ratzel, para todos os casos, foi o organizador do pensamento geopolítico universitário, encarando o Estado como ser integrado ao meio-ambiente, o que seria a economia, para a produção de bens mensuráveis e intelectuais, como a educação voltada para a ciência. Ele expressou a máxima de que os Estados, compreendendo sua geopolítica, seguiam “leis” prementes à sua própria história e geografia, como as Leis de Crescimento Espacial que denotavam uma visão orgânica do desenvolvimento do Estado, como se ele fosse um corpo vivo (RATZEL, 1990).

geopolítica de dom João VI e à sua tentativa de tomar a colônia francesa na América Meridional, bem como a Banda Oriental, atual Uruguai, como documentou o historiador Oliveira Lima (LIMA, 1996).

Contudo, foram as duas primeiras décadas do século XX que ajudaram a definir o foco geopolítico brasileiro. Por meio de estudiosos do Exército nacional, entre outros, considerou-se a importância regional que mais tocava ao Estado. De início, Mário Travassos havia estabelecido que o ponto de interesse geopolítico para o Brasil estava justamente em uma área de transição entre duas bacias hidrográficas - área sensível que deveria ser observada pelo Rio de Janeiro ou por Buenos Aires. Essa área seria o *heartland* sul-americano localizado nas proximidades da Bolívia, do Paraguai, do Centro-Oeste brasileiro e da própria Argentina. Um triângulo que recebe a influência das bacias platina e amazônica.¹⁰

Nos escritos de Travassos (in MIYAMOTO, 1995), havia uma disputa, ainda que velada, entre Argentina e Brasil para estender influências naquela área pivô do subcontinente americano. A premissa era análoga à apresentada por Mackinder quando se refere a seu *heartland* na Europa Oriental a caminho da Ásia Menor. Vale dizer, quem dominasse a zona de transição hidrográfica, entre o Paraguai e a Bolívia, teria maiores possibilidades de influenciar os negócios sul-americanos, constituindo também uma hegemonia regional.

Para aqueles formuladores de políticas, a disputa com a Argentina não era sem razão, uma vez que o Estado platino havia entrado no século XX com fatores de poder superiores aos brasileiros, o que a credenciava a ser potência regional. Sobre isso, apenas como nota, recorda-se a preocupação naval que o barão do Rio Branco tivera para que a tonelagem brasileira não ficasse aquém da vizinha. Por isso, o Rio de Janeiro havia encomendado novos vasos de guerra para equilibrar a situação – que não se concluiu por causa da Primeira Guerra.

¹⁰ Golbery do Couto e Silva também percebe esse *heartland* como área dinâmica politicamente entre Argentina e Brasil para o balanço do poder regional. Por outro lado, se essa zona pivô era de suma importância geopolítica, ela deveria ser, então, alimentada pela economia do sudeste pelo triângulo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais por meio de elementos industrializados, investimentos e recursos de variados (COUTO e SILVA, 1981).

Além do poder naval, a Argentina havia instituído vontade nacional para adentrar nos negócios políticos e econômicos de Estados relativamente fracos e dependentes, de alguma forma, de Buenos Aires. Bolívia e Paraguai eram os clientes que a Argentina tencionava segurar, até porque são dois países que necessariamente têm ligações tanto com a bacia amazônica quanto a platina. Daí a atenção de Travassos para que o Brasil não se conformasse com a preeminência portenha, vista como ponto de partida para voos mais altos.

A disputa regional Argentina – Brasil perdurou até os anos 1970, quando deu a entender que os dois países haviam perdido o fôlego em virtude de crises internacionais da dívida e do petróleo. Antes disso, os anos 50 marcam a busca brasileira para construir seu poder nacional e tentar modificar a posição dos vizinhos que eram, até então, dependentes da Argentina. No segundo governo Vargas, procurou-se concluir a ferrovia que ligasse a cidade de Santos (SP) até Corumbá (MS), mas ainda com o intuito de estender aquela linha até áreas produtoras bolivianas, como Santa Cruz de la Sierra, com a ajuda financeira do Brasil.

O princípio disso era fazer com que a Bolívia tivesse meios de comunicação alternativos ao porto de Buenos Aires. Por conseguinte, o Brasil ainda poderia importar bens energéticos bolivianos que, na época, cogitava-se de comprar petróleo. Assim, da mesma forma que Travassos havia imaginado seu *heartland* nos anos 1920, Golbery do Couto e Silva concebe a importância da área pivô que passa pelos vizinhos menores (COUTO e SILVA, 1981). Isso porque não havia somente a presença do petróleo a contar, mas também os próprios recursos hídricos que muito ganharam relevância nos anos 60 e 70, com a Usina de Itaipu.

Se houve ápice sobre as preocupações geopolíticas nacionais, procurando maximizar o posicionamento brasileiro, bem como tirando partido das infraestruturas, ele se deu justamente nos anos 70. Levando em conta que grandes obras de engenharia não são, necessariamente, inocentes nos aspectos político, o poder nacional havia projetado grandes empreendimentos capitaneados pelo Estado. De início seriam apenas obras que

atendiam às necessidades domésticas, como geração de energia elétrica, de transportes e de integração doméstica.¹¹

Dessa forma, a construção da hidrelétrica de Itaipu, da rodovia federal 277 (ligando Foz do Iguaçu ao porto de Paranaguá), a emergência do porto de Rio Grande, e outras, tinham também apelo geopolítico, uma vez que elas podiam atrair Estados menos fortes para a alça de influência do Brasil, o que se deu efetivamente com os dois primeiros empreendimentos com o Paraguai, no primeiro caso, e com o Uruguai no quesito de uso portuário (CAUBET, 1991).

Na atualidade, e superado o drama com o qual a geopolítica era apresentada pelo bloco de poder, mormente expressado pelos militares do movimento de 1964, há novas expectativas de repensar a geopolítica sob temas contemporâneos que não se ligariam, nomeadamente, a traços clássicos de poder, como disputa de território ou de recursos naturais limitados.¹²

Na década de 70, houve quem atribuísse à geopolítica perfil fascista, procurando ligar esse corte aos governos militares que procuravam a expansão política sobre a América do Sul.¹³ A partir de 1990, com a redemocratização e com o amadurecimento do tema, a geopolítica casou-se muito bem com a máxima de que ela pode coexistir com planos de integração regional e cooperação. Isso porque a constituição de planos de integração regional, com vistas a marcar terreno perante os Estados Unidos, não deixa de ter coloração geopolítica.

A preocupação geopolítica brasileira passou a abarcar posições que não são necessariamente contraditórias, se houver coerência com seus propósitos. Em outras

¹¹ Tratava-se das preocupações do I Plano Nacional de Desenvolvimento em que um dos pontos era a integração nacional por meio de obras de infraestrutura, como as rodovias federais Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém.

¹² Com o advento do movimento político-militar de 1964, o programa geopolítico nacional ganhou novo alento e ares que o ligava diretamente aos fatores clássicos de poder. Esse programa, reformado pelo presidente Castelo Branco, levou em conta a posição que o Brasil deveria ter no aproveitamento energético da bacia do Paraná/Prata, bem como a integração física que deveria existir, mas sempre capitaneada pelo Brasil. Para o professor Miyamoto não se pode afirmar, de pronto, que o programa geopolítico dos militares seja resultado de demoradas reflexões da Escola Superior de Guerra, uma premeditação. No entanto, há, sim, como dizer que se tratava de formulações bem acabadas, que tinham o fito de transformar o País em potência respeitada no âmbito internacional (MIYAMOTO, 1995).

¹³ Alguns autores brasileiros fazem parte desse elenco. Paulo Schilling, por exemplo, advogava que a geopolítica era ferramenta do expansionismo, primeiro para os alemães nos anos 1930 e 1940; depois para o Brasil dos anos 1970 (SCHILLING, 1981).

palavras, colaborar para que haja democracia em países importantes para Brasília não deixa de ser preocupação geopolítica; apenas seus vetores têm outros símbolos. Por exemplo, é de todo interesse nacional que a Bolívia tenha estabilidade política, que haja democracia nela. Da mesma forma, o pensamento é análogo para o Paraguai. E qual a razão disso? A razão suficiente é que ambos são responsáveis, de alguma forma, pela estabilidade econômica do Brasil.

Isso porque 50% do gás natural usado no Brasil é importado da Bolívia, constituindo um complexo de dependência perante aquele Estado. Com o Paraguai o Brasil mantém sociedade na maior usina hidrelétrica do mundo, da qual o País tira 25% de toda sua energia elétrica. Além disso, não seria ilícito dizer que a região brasileira mais industrializada, o sudeste, tem seu comércio, agricultura e indústria amplamente movida pela energia de Itaipu.

Na mesma instância, o Estado brasileiro passa a alimentar vertentes que podem trazer benefícios, como projetos regionais de segurança e coordenação de conflitos, por exemplo, a Unasul. Querer viver em uma América do Sul equilibrada, que possa se desenvolver economicamente, transforma-se em interesse brasileiro sem que haja, obrigatoriamente, desligamento com o pensamento clássico da política e da própria geopolítica. Se isso não for realizável, então, como manter a regularidade das integrações físicas, pontes e usinas hidroelétricas? Como alargar o intercâmbio energético que passa também pela produção de álcool combustível? São questões que merecerem reflexão no âmbito da geopolítica.

Possíveis Pontos de Fricção Geopolítica

Como foi mencionado neste ensaio, a hipótese de choque entre Brasil e Estados Unidos em busca de seus objetivos geopolíticos tem sido baixa até a atualidade – não por uma virtude de democracia, mas por causa dos caminhos relativamente separados entre as duas potências. A razão para a baixa disputa entre os maiores Estados do continente pode ser encontrada em uma espécie de “divisão de trabalho” em que Washington se encarregaria dos grandes problemas estratégicos e políticos, deixando para Brasília a administração de questões regionais. Além do mais, para gerações de

governantes brasileiros, sob a ótica política, psicológica e cultural, um enfrentamento dos Estados Unidos dificilmente seria crível.¹⁴

Sobre isso, a baixa preocupação que a sociedade brasileira tem historicamente em relação à segurança nacional ocorre justamente pelo fato de o Brasil ter pouquíssimos enfrentamentos militares, fazendo com que a falta de conflitos armados regulares contribua para uma mentalidade coletiva de “despreocupação”. Contudo, para os autores, esse espírito de paz e segurança não anula, necessariamente, ameaças iminentes que possam surgir de meios nem sempre identificáveis pelas relações políticas convencionais (VIDIGAL, CUNHA e FERNANDES, 2006).

Essa divisão de trabalho não é recente. Nos anos 60, os governos militares se arrogavam para obter reconhecimento dos Estados Unidos sobre as reais condições brasileiras para resolver questões sul-americanas e do Atlântico Sul, que abarcaria a África Ocidental, como Angola. Por isso, a busca de reconhecimento brasileiro por maiores competências variava da simpatia à crise com Washington. A simpatia se dava quando a Casa Branca percebia a boa vontade brasileira para resolver problemas de Guerra Fria, por exemplo.

Em compensação, as relações entre os dois Estados se azedavam quando o próprio governo da ocasião se percebia como secundário ou melindrado em seu papel de potência ascendente. O primeiro caso, de simpatia, pôde ter ocorrido no governo Castelo Branco (1964 a 1967) e seu convívio conveniente perante a superpotência. Já os melindres ganharam corpo a partir do governo Costa e Silva até chegar ao ápice no governo Geisel (1974 a 1979), quando houve elevada crítica do Itamaraty contra o engessamento do poder mundial.¹⁵

Já os anos de 1990, após a experiência malograda do “Brasil potência” do período militar, foram, portanto, paradoxais para a política externa brasileira e sua projeção

¹⁴ De fato, mas isso não quer dizer que as relações entre Brasília e Washington tenham sido obrigatoriamente regular e sem desgastes. Para Hurrel, no grupo dos BRICS, o Brasil tem sido o país com número de desentendimentos, com relação aos Estados Unidos, superior àqueles que exercem atividade político-estratégica superior pelos seus históricos de concorrência internacional e busca de preeminência, como China e Rússia (HURREL, 2009).

¹⁵ Sobre isso nos lembramos da atuação crítica do embaixador Araújo Castro para quem o sistema internacional de Estados estava em processo de congelamento de poder em todo o período da Guerra Fria, dificultando bastante a locomoção dos Estados em desenvolvimento carentes de investimentos econômicos e melhoria das condições sociais (ARAUJO CASTRO, 1982).

geopolítica. Paradoxais, na medida em que praticamente o Brasil havia deixado de imprimir uma política de personalidade perante as grandes questões internacionais, preferindo corroborar as decisões dos governos Clinton, dos Estados Unidos, e de Tony Blair, do Reino Unido. Fora uma atuação política *normal*, conforme o termo de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (CERVO e BUENO, 2002). Normal, porque é preferível evitar desgastes e crises nas quais o País possa perder.

Mas, por outro lado, havia também esforços para se procurar maior participação internacional, como no final do governo Fernando Henrique Cardoso, dando a entender o quão o País desperdiçou tempo e capital político ao corroborar preferências do hemisfério norte. Um dos atos mais originais desse namoro esfriado foi a decisão brasileira e indiana de quebrar patentes de medicamentos considerados urgentes para a saúde pública, dando início à fabricação nacional de medicamentos de grande complexidade farmacêutica, os *genéricos*.

Por conseguinte, a partir de 2003, a Chancelaria brasileira passaria a elevar cada vez mais o tom da crítica contra o hemisfério norte e o modo sob o qual se conforma o sistema econômico internacional. Entre outros resultados, seguiu-se não só o renascimento do álcool combustível mas também o direito que o Brasil teria para pesquisar elementos sensíveis, como nucleares. Deste segundo, emergiu novo programa nuclear, menos ambicioso do que aquele do governo Geisel, mas suficiente para completar a pesquisa sobre enriquecimento de urânio com esforços domésticos.

Aqui é necessária uma explicação. Com relação aos combustíveis renováveis, é bom considerar que ele não perde o apelo geopolítico por ser *renovável*. Aliás, esta é uma questão de suma importância, uma vez que, pelo fato de ser combustível, o álcool, ou outro insumo, não perde o teor político em analogia aos hidrocarbonetos. Guardadas as devidas proporções, como elemento energético, o etanol pode ser tão complexo politicamente quanto o petróleo, pois ambos são empregados na manutenção do sistema econômico internacional, capitalista.

Nos últimos dez anos, o álcool combustível, etanol, entrou em grande evidência por causa de duas premissas: renovação e conservação ambiental. Renovação, porque se trata de combustível resultante de cana-de-açúcar, sempre à mão, ao menos quando as condições econômicas são convenientes para o produtor. Com relação ao meio

ambiente, trata-se de insumo que não emite CO₂, pois, em sua constituição química, o elemento carbono tem outra característica.

Dessa forma, por ser elemento de grande apelo ambiental e econômico, o etanol se transformou em item de política externa, sendo promovido **ad nauseam** pelos operadores do Itamaraty. Mas, pelo fato de o álcool ser renovável significa ter menos apelo político? Necessariamente, não. Isso porque há duas implicações que merecem comentário. Primeiramente, embora seja elemento renovável, o etanol tem sido um combustível essencialmente brasileiro por causa da excelência tecnológica e condições geográficas que agraciaram a produção nacional. A segunda implicação diz respeito ao teor de dependência que pode haver entre produtor e consumidor, sendo o equilíbrio mais preocupante para o segundo. Vale dizer, se não é conveniente alimentar dependência sob a importação de combustíveis fósseis, o que ocorre em parte na relação entre os Estados Unidos (com destaque para aliados da OTAN) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), também não seria lícito assistir à dependência a outro insumo, mesmo sendo renovável e produzido por um país considerado “amigo” como o Brasil.

A transformação do álcool combustível em commodity, portanto negociado internacionalmente, é algo não totalmente analisado na política brasileira. Isso porque a transformação de um insumo básico em commodity implica aceitar regras, de um tipo de regime internacional, que nem sempre vão ao encontro das perspectivas do Estado produtor. Em outra instância, a cadência da economia internacional da energia, renovável ou não, não reside no fornecedor – o que geralmente é creditado como fator de poder a quem produz energia. No fundo, não é totalmente verdadeira a máxima de que os membros da OPEP agregam poder junto aos Estados consumidores que são pobres em petróleo, uma vez que o insumo não é negociado nos países produtores, mas sim nos centros mundiais de poder (GOWAN, 2003).¹⁶

Ser grande potência requer algumas características. Grandes potências são aqueles Estados, cujos interesses são mundiais. Assim, na leitura de Kenneth Waltz, para buscar e conservar seus interesses espalhados por todo o mundo, a grande potência utiliza

¹⁶ Peter Gowan denomina *Complexo Nova York-Londres* esses centros internacionais de poder onde os insumos são negociados, dando pouca margem de ação para os produtores, por isso o grande grau de corrupção e monetarização. Tudo isso para compensar, de alguma forma, a exclusão de boa parte das sociedades nacionais dos ganhos daquelas negociações (GOWAN, 2003).

seus fatores de poder nacional, forças armadas, vitalidade econômica e científica, indústria cultural etc. No âmbito dos conceitos, do debate neorrealista, que é próximo da geopolítica, os Estados que detêm esse perfil preferem obter segurança energética, o que significa não depender de importações (WALTZ, 2002).

Não depender da importação de insumos energéticos vale tanto para o petróleo quanto para o álcool combustível. É sabido que os Estados Unidos procuram obter equilíbrio energético desde os anos 70, quando o presidente Carter lançou sua doutrina para “enquadrar” o Oriente Médio e não usar o óleo como instrumento de politização. Nos anos de 2000, o presidente Bush apenas relançou uma preocupação que não era originalmente dele, mas do Estado.

Em princípio, os Estados Unidos lançaram um programa de segurança energética que tivesse alguns braços convergentes: 1- Não deixar de imprimir políticas de ascensão no Oriente Médio, caso do Iraque e do Kuwait. 2- Maximizar relações proveitosas com o Canadá e aproveitar seus recursos abundantes, gás natural e areias betuminosas. 3- Aprofundar nas pesquisas científicas para obter combustíveis sintéticos ou renováveis. Neste terceiro esforço, houve duas aproximações, o hidrogênio e o etanol feito de milho, mas ambos ainda problemáticos.¹⁷

No campo das relações entre Washington-Ottawa-Cidade do México, as coisas costumam ser boas, mas não suficientes para a carência energética dos Estados Unidos, que terão de concorrer também com outros gigantes da economia mundial, China e Índia. Por isso não ser hipótese tão inimaginável caso se passe a considerar alguns pontos de fricção entre os próprios Estados Unidos e o Brasil na busca pelo equilíbrio energético em áreas que tocam os dois países.

Isso porque, historicamente, o Brasil não se projetou, como concorrente à preeminência norte-americana no hemisfério ocidental, da mesma forma que os gigantes da Eurásia, cujo *quantum* de poder e vontade nacional para ascenderem como grandes potências são altamente observados. Além do mais, são promissores os esforços de transformar as jazidas da Bacia de Santos em megaprodutoras de petróleo com baixa

¹⁷ Problemáticos por causa dos altos custos de produção. Para cada unidade de energia proveniente do hidrogênio, gastam-se três, portanto a conta não fecha. Com relação ao etanol de milho, a questão é mais no campo da ética alimentar, uma vez que o uso massivo de milho para combustível o desvia da alimentação básica, tornando-o muito caro.

presença de metais pesados. Vale dizer que um país de antiga amizade, como o Brasil, pode ser conveniente, considerando que a produção petrolífera tenha sucesso e que não haja conflitos de percepção geopolítica sobre a área e as circunstâncias políticas em que se encontram as reservas.

Assim, algumas áreas que podem colocar Washington e Brasília em disputa são o Atlântico Sul e a costa ocidental da África. Na primeira região, localizam-se as megajazidas de Tupy, a Bacia de Santos, que ainda suscitam dúvidas e debates nas organizações internacionais, para saber se efetivamente elas cabem à soberania brasileira, visto que aquelas águas são interpretadas como “internacionais”, sem direito de exclusividade. Na segunda área, costa Africana, há a promessa petrolífera de Angola que, há décadas, é trabalhada pela Petrobras, mas que também passa a atrair outras petroleiras, como as anglo-americanas que fazem parte dos planos de seguridade energética dos Estados Unidos (SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

Por esse raciocínio, pode se aventar que Estados Unidos e Brasil podem entrar em colisão por causa de questões energéticas. Claro que não se trata de um vaticínio, mas sim de um exercício geopolítico, jogando com os dados da atualidade. O esgotamento dos recursos nas áreas tradicionais, bem como a elevação de seus conflitos iminentes, faz com que alguns Estados se tornem atraentes e objetos de sedução política, como está ocorrendo com a Nigéria e Angola. Como escreve Juhasz:

Se mapearmos o aumento massivo relativo à construção de bases e instalações militares norte-americanas e a distribuição de tropas ao redor do mundo, veremos que seguem diretamente os locais com petróleo e rotas de seu transporte. As novas instalações militares norte-americanas na América Central e do Sul, na África Ocidental e em outras regiões aumentam a ameaça de nova ação nesses locais (JUHASZ, 2009, p.24).

Por outro lado, o Brasil percebe que Angola é também país de seu interesse por causa do petróleo explorado pela Petrobras, mas também porque o Estado africano pode se transformar em fronteira agrícola. Com a alta do etanol, como combustível internacional, outros territórios se tornarão atraentes. Na crítica sobre o uso da Amazônia, e do cerrado, para a expansão sucroenergética, outras áreas ganharão destaque, inclusive estrangeiras. Por isso, o olhar carinhoso nacional sobre Angola, como ponte de maximização energética renovável. A questão de fundo é saber se a Casa Branca também não tem afinco nesse assunto.

Assim, fica patente que o Brasil tem duas áreas que mais o sensibilizam: América Latina, indo além da porção sulista, e África Ocidental, a chamada fronteira marítima que o País tem com Angola e outros. Trabalhar nas regiões citadas tem sido o mote da diplomacia brasileira nos últimos oito anos. Quer dizer, direcionar empenho para expandir a fronteira agrícola não somente na América Latina, mas também em Angola, por isso a presença da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) em alguns vizinhos e na África (COSTA, 2004).¹⁸

Caso seja possível transformar o etanol em combustível de penetração internacional, não resta dúvida de que haverá necessidade de expansão agrícola que vá além das dimensões brasileiras. Com tecnologia e capital nacionais, o Brasil poderá ter na Argentina, na Bolívia, de início, ponto de locomoção para o crescimento do agronegócio, nomeadamente cana-de-açúcar. Por isso, a tentativa brasileira de procurar dar algum traço harmônico, de convivência equilibrada, entre os Estados latino-americanos, bem como de estender suas preocupações para com questões políticas de alta dimensão, como a ocorrida em Honduras em todo o ano de 2009.

Considerações Finais

O possível embate geopolítico entre Estados Unidos e Brasil na América Latina e no Atlântico Sul por causa de novas fontes energéticas depende de algumas variantes. De início, a ascensão internacional brasileira, sob moldes mais ativos para defender seus objetivos, tende a aumentar à medida que o poder norte-americano tenha desgastes econômicos e políticos. Em outra instância, haverá também necessidade de que a sociedade internacional, sobretudo a regional, passe a observar o poder nacional do Brasil como preeminente.

Se for patente a grande dificuldade de os Estados Unidos reconstruírem sua economia, e a partir disso substanciar sua política externa, tornar-se-á, então, bem plausível o novo patamar que a política brasileira poderá obter no futuro próximo, isso se for

¹⁸ Darc Costa, da Escola Superior de Guerra, por força de sua instituição, não concebe estudo de política externa brasileira que seja divorciada da geopolítica. Em sua opinião, o próprio processo de integração regional, na América Latina (Mercosul) e com raios que tocam a África lusófona, já teria elementos de ação estratégica e geopolítica, uma vez que esse processo é também esforço de promover uma ativa inserção internacional brasileira com perfil antissistêmico, procurando neutralizar, no possível, os Estados Unidos de áreas que tocam os interesses brasileiros (COSTA, 2004).

confirmado o constante crescimento econômico do País, justamente para que não sejam abortados os planos de desenvolvimento.¹⁹

Em outro aspecto, o possível choque entre os dois grandes países da América não faz parte de uma determinação histórico-geográfica na mesma proporção que chamou a atenção do pensador Tocqueville no século XIX. O enfrentamento entre Estados Unidos e Brasil poderá ocorrer em razão da procura de Washington em retardar a relativa decadência norte-americana, fazendo com que o país possa ter condições de assegurar suprimentos necessários de hidrocarbonetos para si ou para seus aliados que dependem da mão amiga da Casa Branca.

Por outro lado, torna-se patente que, para o Brasil, o Atlântico Sul e a América Latina, sua porção sulina, também são áreas que expressam o interesse nacional brasileiro.²⁰ E o interesse nacional brasileiro é simbolizado pela estabilidade político-econômica de vizinhos como o Paraguai e a Bolívia, bem como pelo afastamento de forças militares norte-americanas da Colômbia (LIMA e HIRST, 2009). Por conseguinte, o Atlântico Sul também passa a ser visto como área de atenção brasileira em virtude das megajazidas da Bacia de Tupy e também pela fronteira marítima que aproxima o Brasil da África Ocidental, de Angola.

Desde há alguns anos, passaram a denominar as riquezas minerais do mar brasileiro como *Amazônia Azul*, em alusão à floresta amazônica. Área em que ficam as jazidas de petróleo e gás natural da Bacia de Santos, o pré-sal de Tupy, a Amazônia Azul tem-se tornado um dos focos mais preocupantes não somente da diplomacia brasileira, mas também dos operadores militares da Marinha-de-Guerra. Nesse aspecto, algumas questões emergem.

¹⁹ Já houve frustração política no Brasil pelo fato de não conseguir concretizar objetivos. Nos anos 70, no governo Geisel, eram grandes as expectativas de que o País chegaria ao ano 2000 com o perfil de grande potência, mormente por causa do crescimento econômico que havia, bem como os planos de consecução tecnológica e energética. Neste ponto, é interessante ler o parecer do chanceler Silveira sobre aquela época (in SPEKTOR, 2010). A frustração ocorreu justamente nos anos de 1979 e 1980, quando se reparou na ausência de condições políticas e econômicas para enfrentar aquelas crises, o que promoveu forte desgaste no bloco de poder que governava o País. Sobre isso ver Oliveiros Ferreira (FERREIRA, 2001).

²⁰ É fato que o interesse nacional de um determinado Estado pode ser temporal e construído politicamente. No prisma de Hedley Bull, o interesse nacional é uma construção ideológica que o torna “universal”, que é aceito pela sociedade propriamente dita (BULL, 2002). No caso brasileiro, o interesse nacional tem sido expressado nas reservas da Bacia de Santos e na promoção internacional do álcool combustível, o que não deixa de necessitar de ampla análise.

De início, não está totalmente claro se a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) trabalhada pelo Brasil é realmente área de sua soberania incontestada. Isso porque, nas Nações Unidas, há representantes, cuja opinião é a de que a linha de exploração brasileira sobre o pré-sal, formando um triângulo com vértice ao leste em direção a África, não deve ser compreendida como extensão da plataforma continental do País, que legitimaria juridicamente a exploração dos hidrocarbonetos. Quer dizer, há controvérsias que apontam o não-direito do Brasil de aproveitar as fontes energéticas das águas profundas (VIDIGAL, CUNHA; FERNANDES, 2006).

Disso emergem mais duas questões não necessariamente interdependentes, mas igualmente complicadas. A primeira é a de que a contestação das organizações internacionais sobre o intuito brasileiro na plataforma continental ampliada, beirando as 400 milhas (substituindo as 200 de 1972) como algo não legítimo, pode promover atuação política de potências que contêm grande e sofisticada aparelhagem militar para reforçar sua atuação palavra diplomática.²¹ Por conseguinte, se os Estados Unidos tomarem para si essas preocupações, não será pela respeitabilidade ao direito internacional do mar no primeiro plano, mas sim pelas necessidades prementes que aquela potência tem de novos recursos energéticos.

A segunda questão é que, há muito tempo, a Marinha brasileira se queixa dos constantes descuidos na renovação de seu material militar, na atualização programática e estratégica do corpo de oficiais e na pouca atividade em pesquisa e tecnologia necessária para que o Brasil tenha ao menos capacidade de dissuadir forças contrárias. Forças contrárias que, no século XXI, não seriam representadas apenas por Estados organizados, mas também por grupos terroristas e por aqueles que utilizam a guerra irregular (VIDIGAL, CUNHA; FERNANDES, 2006).

Teria de se considerar, de igual modo, que a nova doutrina de defesa brasileira, reformada em 2005, leva em conta ameaças iminentes, não contra o território nacional propriamente dito, mas sim contra ambientes nos quais se encontram os interesses dos quais o Estado necessita cumprir para não entrar em vulnerabilidade, como a

²¹ Considerando os conceitos do pensamento tradicional, é lícito tocar neste ponto, o de que a palavra do embaixador é reforçada e garantida à medida que ele tem na retaguarda o poder nacional trabalhando para ele. De outro modo, que as forças armadas são um elemento de apoio para que a atuação da Chancelaria não seja desacreditada por contrariar o interesse de outras potências. (VIDIGAL, CUNHA; FERNANDES, 2006), (FERREIRA, 2001).

consecução do litoral e da plataforma continental. Nesse caso, um choque interestatal (com os Estados Unidos ou outro país) talvez seja hipótese difícil, mas não totalmente absurda para a doutrina de defesa (LIMA e HIRST, 2009). Além do mais, seria esse o papel dos *formuladores estratégicos* do Brasil, o de imaginar hipóteses longínquas, mas realizações dependendo da correlação de forças.

Por fim, fica patente que um estudo que leve o contato geopolítico entre Brasil e Estados Unidos é de grande serventia. O objetivo deste ensaio não é dramatizar uma questão e fazer análise artificial de um determinado tema, mas tão-somente contribuir com o debate. Um possível enfrentamento entre os dois grandes países americanos se daria não por uma lei histórica, mas sim pelo fato de que são duas unidades políticas que necessitam adquirir riquezas variadas. Um tenciona adquirir riqueza para manter seu *status* de grande potência; o outro para ascender como ator respeitado e ouvido na política internacional. E a arena para esse exercício pode ser a América Latina e o Atlântico Sul com as riquezas do pré-sal e o papel de Angola.

Relação Bibliográfica

ARAÚJO CASTRO, João. In AMADO (org), Rodrigo *Araújo Castro*. Brasília, Edunb, 1982.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Brasília, Edunb, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1994.

CAUBET, Christian. *As Grandes Manobras de Itaipu*. São Paulo, editora Acadêmica, 1991.

CERVO, Luiz Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Edunb, 2002.

COSTA, Darc. *Estratégia Nacional: A Cooperação Sul-Americana*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa: Renovação ou Submissão?* Rio de Janeiro, Revan, 2001.

FLORES, Mário Cesar. “Presença Norte-Americana no Paraguai”. *In Política Externa*. Volume 14, número 3. São Paulo, Paz e Terra, 2005/2006.

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Edunb, 2002.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

HURREL, Andrew. “Hegemonia, Liberalismo e Ordem Global: Qual é o Espaço para Potências Emergentes?”. *In Os BRICS e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009.

JUHASZ, Antonia. *A Tirania do Petróleo: A Mais Poderosa Indústria do Mundo e o que pode ser feito para detê-la*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2009.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica. “Brasil como País Intermediário e Poder Regional”. *In Os BRICS e a Ordem Global*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2009.

MELLO, Leonel Itaussu. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo, Hucitec, 1999.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas, Papirus, 1995.

MORGENTHAU, Hans. *A Política Entre as Nações*. Brasília, Edunb, 2002.

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Alfa-Omega, 2005.

- RATZEL, Frederich. **In** MORAES, Robert (org). *Ratzel*. São Paulo, Ática, 1990.
- RODRIGUES, José Honório. SEITENFUS, Ricardo. *Uma História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- SANTOS, Edmilson Moutinho. “Petróleo – Quadro Estratégico Global no Início do Século XXI”. **In** *Política Externa*. Volume 12, número 01. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo Brasileiro*. São Paulo, Global, 1981.
- SÉBILLE-LOPEZ, Phillipe. *Geopolíticas do Petróleo*. Lisboa, Instituto Piaget, 2006.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- SPEKTOR, Mathias. *Azaredo da Silveira: Um Depoimento*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. “A Democracia na América”. **In** *Os Pensadores*. São Paulo, Abril, 1985.
- VIDIGAL, Armando; Marcílio, CUNHA; Luiz FERNANDES **et alli**. *Amazônia Azul: O Mar que nos Pertence*. Rio de Janeiro, Record, 2006.
- WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.

Brazil and United States; two geopolitics in possible dispute

Abstract

This paper's aim to look the geopolitical trajectories of United States and Brazil during the twentieth Century. The text attempts to make a historical comparison of the geopolitical profile off both States in order to better understand current issues that may lead American and Brazilian policies to further conflict. As the largest countries on the West Hemisphere, United States and Brazil are both going down a path that may bring about disputes. Energy is an example of an issue that may lead to tension because ethanol has become more and more influent in the international system.

Key-words: Geopolitics of Energy. American Foreign Policy. Brazilian Foreign Policy.